

## **Processo Administrativo n. 002/2017**

### **Licitação: Pregão Presencial n. 002/2017**

#### **Sistema de Registro de Preços**

**Objeto:** Registro de Preços para a possível contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva, assim como a reposição de peças dos veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota do Município, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos no Termo de Referência.

#### **1. INTRODUÇÃO:**

**01.01** - O Município de Lajeado Grande/SC, por seu Prefeito Municipal Senhor Noeli José Dal Magro TORNA PÚBLICO que, de acordo com Decreto n. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, a Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas e o Decreto Municipal n. 070/2010 de 28/05/2010, e demais legislações aplicáveis, realizará processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, Sistema de Registro de Preços, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

**01.02** – No endereço Rua Vitória, 503, centro, Lajeado Grande/SC, junto ao setor de protocolo, estará recebendo os envelopes da documentação e proposta de preços dos interessados até às 09h00min do dia 09 de Fevereiro de 2017 e abertura dos envelopes de propostas no mesmo dia às 09h00min, na sala do presidente da Comissão Permanente de Licitações;

**01.03** - O início da abertura dos envelopes 001 – PROPOSTA DE PREÇO, dar-se-á às 09h00min do dia 09 de fevereiro de 2017, no mesmo endereço indicado no subitem 1.2. Após o recebimento das credenciais será efetuado a abertura das propostas, comparado os preços cotados e aberto os lances verbais, chegando-se ao vencedor, depois proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos envelopes 002 – HABILITAÇÃO, contendo os documentos de habilitação.

#### **2. OBJETO**

**2.1.** O presente pregão tem por objeto a implantação do registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), incluindo a reposição de peças, lubrificantes, componentes e acessórios de reposição, para os veículos, máquinas e equipamento da frota do Município, conforme especificações técnicas e condições comerciais descritas e especificadas no Termo de Referência, deste Edital, que dele faz parte integrante.

**2.2.** As quantidades previstas no presente edital são estimativas máximas, para um período da assinatura da ata, se reservando ao Município o direito de adquirir em cada lote/item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado;

**2.3.** Ficarão a cargo da fornecedora todos os encargos trabalhistas e tributários referente ao contrato.

**2.4.** As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**2.5** - O objeto abrange a execução, pela contratada, de todos os serviços, atos, procedimentos, deslocamento, atividades e fornecimentos de mão de obra e material necessários ao seu pleno, total e

integral cumprimento, bem como todas as demais atribuições e responsabilidades para o fiel cumprimento do objeto.

**2.6** - O valor máximo, as quantidades, tipo e demais características consta no Termo de Referência, bem como no Sistema Beta Auto Cotação em anexo ao edital localizado junto ao Endereço Eletrônico [www.lajeadogrande.sc.gov.br](http://www.lajeadogrande.sc.gov.br), link licitações, havendo necessidade de baixar o sistema Beta Auto Cotação, bem como na descrição dos itens, localizado no mesmo endereço eletrônico, ou ainda fornecido ao proponente interessado mediante simples solicitação.

### **3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

**3.1** - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

Os Proponentes deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

**3.2**- Estarão impedidos de participar de qualquer fase dos processos interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

**a)** Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

**b)** Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pela hipótese prevista no artigo 88 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas;

**c)** Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

**d)** Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

**e)** O disposto no art. 9º da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas.

**f)** Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Trabalhista, União, Federal, Estadual, INSS, FGTS e Municipal.

**g)** Tenham em seu quadro, empregados menores de dezoito (18) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a dezesseis (16) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos.

**h)** Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

**3.3** - É condição para participação neste Pregão que a licitante tenha ou venha a ter até na data da assinatura do contrato, instalações devidamente legalizadas e que atendam as exigências deste Edital para prestar o serviço, objeto deste pregão, em um raio de até 15km de distância da sede do Município.

**3.3.1** - Justifica-se tal exigência em função do custo de deslocamento dos veículos, máquinas e equipamentos, bem como do prazo de execução dos mesmos, uma vez que são utilizados para prestação de serviços essenciais do Município, os mesmos não podem ser interrompidos ou suspensos.

**3.3.2** - Não será permitida a participação de empresas que não atendam ao disposto no item anterior.

### **4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:**

**4.1** - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

**a)** Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

**b)** Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- m) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES:**

**5.1** - Envelopes “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, no setor de protocolo ou na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

Município de Lajeado Grande/SC

Rua Vitória, 503 - Centro.

Sala de reuniões do Departamento de Compras

Data: 09/02/2017, até às 09h00min.

**5.2** - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

Município de Lajeado Grande/SC

Departamento de Compras

Pregão Presencial n.002/2017

Sistema de Registro de Preço

Envelope N. 001 - PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Proponente

Município de Lajeado Grande/SC

Departamento de Compras

Pregão Presencial n.002/2017

Sistema de Registro de Preço

Envelope N. 002 - HABILITAÇÃO

Razão Social da Proponente

**5.3** - A Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC, através do Departamento de Compras e Licitações, somente considerará os envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” que forem entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido neste edital.

## **6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:**

**6.1** - No dia, hora e local estabelecido no **item 5.1**, realizado sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e demais atos, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame e ainda apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, cujo modelo se encontra em Anexo deste Edital.

**6.2** - No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame.

No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro fora dos envelopes.**

**A documentação apresentada para credenciamento não supre a documentação exigida para habilitação, devendo o proponente apresentar a documentação para habilitação independente de ter apresentado no credenciamento.**

**6.3** - O representante da licitante deverá apresentar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de:

- a) Cédula de identidade;
- b) Documentação para credenciamento, conforme modelo do Anexo I;
- c) Contrato Social Consolidado da Empresa;
- d) Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo II.
- e) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. (Se for o caso)

**6.4** - No caso do proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007.

As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

**6.5 – Os micro empreendedores individuais estão dispensados da apresentação das Certidões mencionadas no item 6.3 do edital e terão os mesmos benefícios concedidos às ME's e EPP's, previstos na Lei 123/2006.**

**6.6 – A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.** Este(s) documento(s) deverá (ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora do envelope 01 - Proposta de Preços.

**6.7** - As licitantes deverão credenciar representante com poderes para formular lances verbais e praticar todos os demais atos e operações inerentes ao processo licitatório, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular.

**6.8** - Em se tratando de sócio ou proprietário a licitante deverá apresentar original ou cópia do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social.

**6.9** - A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial ou ausência do representante, não implicará exclusão da proposta no certame. Contudo, não serão aceitos lances verbais e nem manifestação em nome da licitante neste ato.

**6.10** - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

**6.11** - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes, o Pregoeiro não mais aceitará novo licitante, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Financeira e posteriormente a Documentação para a Habilitação.

## **7 - PROPOSTAS DE PREÇOS:**

**7.1** - O Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita **em papel redigido em português.**

**7.2** - As propostas de preços (envelope n.001) deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

- a) Razão social, endereço, telefone, “fax-símile” e o CNPJ/MF da proponente;
- b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) Data;
- d) Preço unitário e total por item, grafado em algarismos, em moeda brasileira corrente;
- e) Prazo de validade da proposta mínimo de sessenta (60) dias, contado a partir da data da entrega dos envelopes.
- f) Será aceito a proposta com até duas casas após a vírgula.

**7.3** - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho nos sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

**7.4** - A Proponente deverá obrigatoriamente informar a marca dos produtos cotados.

**7.5** - Não será aceita proposta que esteja em desacordo com as especificações aqui exigidas.

**7.6** - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a)** nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá, salvo nos casos em que houver propostas digitadas no Sistema de Leitor de Edital, proposta esta que prevalecerá em todos os casos;
- b)** nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;

c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

7.7 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

## **8. DA HABILITAÇÃO:**

O Envelope nº. 02 referente à DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

### **8.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:**

**8.1.1** - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF;

**8.1.2** - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou a alteração consolidado;

**8.1.3** - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

**8.1.4** - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**8.1.5** - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.1.6** - Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo.

**8.1.7** - Declaração, sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menor de dezoito (18) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme o Modelo do Anexo.

**8.1.8** – Declaração do proponente de que não pesa conta si, fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública Municipal, de acordo com o disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93.

**8.1.8** – Prova (Declaração, certidão ou alvará de funcionamento) dando conta de que a empresa esteja instalada em um raio de até 15Km da sede do Município, ou declaração firmada pela própria empresa que venha a ter até na data da assinatura do contrato instalações, devidamente legalizadas e que atendam as exigências deste Edital para prestar o serviço, objeto deste pregão.

### **8.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:**

**8.2.1** - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

**8.2.2** - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

**8.2.3** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**8.2.4** - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, demonstrando situação regular perante a Fazenda Nacional, expedida exclusivamente pelas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB), com apresentação de certidão que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

**8.2.5** - Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

### **8.3. Habilitação financeira:**

**8.3.1** - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**8.4** - Se a documentação de habilitação não estiver completa ou incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

**8.5** - Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

**8.6** - Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**8.7** - Se a oferta do 1º (e, dependendo o caso, do 2º), classificado(s) não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e, assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante (duas, conforme o caso) que atenda(m) ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

**8.8** – Poderá ser substituída a documentação de habilitação pelo Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC: Na condição de validade do C.R.C. apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Lajeado Grande/SC, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência ou não apresentar os documentos exigido neste certame.

**8.9** - No horário determinado à Sessão Pública para o recebimento e abertura das propostas, não sendo possível a realização da consulta "on line" da documentação, a referida sessão será suspensa e as licitantes serão intimadas da data e horário do seu prosseguimento. Nesse caso, os envelopes contendo a documentação ficarão sob a guarda do Pregoeiro, devidamente rubricados no fecho pelos representantes presentes.

**8.10** - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos exigidos, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, será desclassificada do certame.

**8.11** - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição.

Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

**8.12** - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**Em caso do proponente optar em autenticar os documentos por servidor da Administração, estes deverão fazê-lo com antecedência de até 01(uma) hora da abertura da licitação.**

**8.13** - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

**8.14** – As Micro Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, com a alteração da nova Lei Complementar n. 147/2014)

**8.15** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

**8.16** - A não-regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **9. SESSÃO DO PREGÃO:**

**9.1** - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

### **9.2 - Da Classificação das Propostas**

**9.2.1** - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.

**9.2.2** - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento (10%) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.



**9.2.3** - Serão abertos preliminarmente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de **MENOR PREÇO** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de melhor oferta.

**9.2.4** - Se não houver, no mínimo três (03) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três (03), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

**9.2.5** - Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

**9.2.6** - A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

### **9.3 - Dos Lances Verbais:**

**9.3.1** - As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos.

**9.3.2** - Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis.

**9.3.3** - Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor global, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro.

**9.3.4** - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

**9.3.5** - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

**9.3.6** - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.

### **9.4 - Do Julgamento:**

**9.4.1** - O critério de julgamento será exclusivamente o de **MENOR PREÇO**.

**9.4.2** - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**9.4.3** - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

**9.4.4** - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

**9.4.5** - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**9.4.6** - Constatado o atendimento pleno às exigências edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

**9.4.7** - Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarado vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

**9.4.8** - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

**9.4.9** - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

**9.4.10** - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "Documentação de Habilitação" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

**9.4.11** - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

**9.4.12** - A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

## **10. IMPUGNAÇÃO E RECURSO ADMINISTRATIVO:**

**10.1** - Até três dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este edital.

**10.2** - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de três (03) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**10.3** - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de três (03) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**10.4** - Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

**10.5** - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

**10.6** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.7** - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal.

#### **11. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

**11.1** - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

**11.2** - Decididos os recursos por ventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

#### **12 - DO PRAZO, LOCAL, FORMA DE ENTREGA**

**12.1** – As quantidades relacionadas no **Termo de Referência** são estimadas e deverão ser fornecidas, pela (s) licitante (s) vencedora (s), de forma parcelada, conforme necessidade do Município, no período de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura da (s) ata (s) de registro de preços.

**12.2** - Após cada pedido/solicitação, a empresa deverá realizar o serviço, sob pena da aplicação das penalidades constantes na Lei 8.666/93 e/ou 10.520/02.

#### **13 - DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO**

**13.1** - O valor por item discriminado no **Termo de Referência** deste edital deve ser considerado pelas licitantes como **PREÇO MÁXIMO POR ITEM** admitido no presente certame, sob pena de desclassificação.

#### **14 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**14.1** - A inexecução total ou parcial do Contrato/Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

**14.2** - A rescisão contratual poderá ser:

**14.2.1** - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**14.2.2** - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### **15. DO PAGAMENTO:**

**15.1** – O Município de Lajeado Grande/SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação, mensalmente, no prazo de até 15 (quinze) dias após a apresentação de notas fiscais, atestadas por servidor responsável, em conta corrente de titularidade da empresa vencedora.

**15.2** – As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o Município mediante E-mail fornecido ao proponente vencedor, nos arquivos com extensão XML e PDF.

**15.3** – Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

**15.4** - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

## **16 – DO REGISTRO DOS PREÇOS**

**16.1** - Após a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante a assinatura das Atas de Registro de Preços em anexo pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pela licitante vencedora do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

**16.1.1** – É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios efeito a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**16.1.2** – Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas neste Edital.

**16.2** - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer bens, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.3** - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da sua data de assinatura.

**16.4** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

**16.5** - Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Artigo 65 da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**16.6** - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar toda ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

**16.7** - A vigência da ata de registro de preço será de doze meses.

**16.8** - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

## **17. DAS PENALIDADES:**

**17.1** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

**17.2** - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos instrumento convocatório.

**17.3** - Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

**17.4** - O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

**17.4.1** - Advertência;

**17.4.2** - Multa:

**17.4.3** - No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;

**17.4.4** - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura o Município de Lajeado Grande (SC) poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo n. 87 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato limitado a 10% do valor contratual.

**17.4.5** - Multa de dez por cento (10%) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de cinco (05) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

**17.5** - A penalidade de multa, prevista neste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

**17.6** – O Município de Lajeado Grande/SC poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

**17.7** - Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até dois (02) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Lajeado Grande/SC, pelo prazo de cinco (05) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

**17.8** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

**17.9** - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**18.1** - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do Orçamento Municipal vigente no ano de 2017.

#### **19. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR:**

**19.1** - Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital de Pregão;

**19.2** - Entregar o objeto contratado no prazo estipulado e conforme especificado no Edital;

**19.3** - O proponente vencedor, obriga-se pela entrega do objeto em que por ventura for vencedor, colocando-os à disposição da prefeitura.

**19.4** - O contratado deverá arcar com todos os tributos inerentes a venda, inclusive autoriza a CONTRATANTE a reter os impostos passíveis de serem retidos a fim de que se cumpram às obrigações com o fisco.

**19.5** - O contratado obriga-se a obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade; Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

**19.6** - O contratado deverá responsabilizar-se por eventuais despesas que serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo que nenhuma outra despesa poderá ser debitada posteriormente;

**19.7** - O produto/serviços entregue em desacordo com as características, especificações, validade e/ou com as quantidades do edital, verificadas no ato de seu recebimento, deverá ser substituído ou complementado. Nestes casos, o prazo para reposição e/ou substituição e/ou complementação será determinado pela contratante e sua inobservância implicará a aplicação das penalidades previstas no edital.

**19.8** - O Contratado obriga-se a Realizar os serviços objeto do presente contrato, com presteza, qualidade e eficiência;

**19.9** - Assumir todas as responsabilidades em relação aos profissionais colocados à disposição da CONTRATANTE;

**19.10** - Tratar como confidenciais as informações e dados manuseados, guardando total sigilo em relação a terceiros;

**19.11** - Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:**

A Prefeitura Municipal se compromete:

- a) Receber a Nota Fiscal;
- b) Efetuar o Pagamento

## **21. DO PREÇO**

**21.1** - O preço Deverá ser cotado em moeda nacional.

**21.2** - O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos, fretes, encargo, embalagens e demais encargos que por ventura possam existir, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

**21.3** - Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. Ocorrendo discordância entre valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.

## **22 – DO CONTRATO E DOS PREÇOS**

**22.1** - A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Autorização de Fornecimento e assinatura da Ata de Registro de Preços.

Contratações que deles poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**22.2** - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º do art. 65 da Lei 8666/93.

**22.3** - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**22.4** - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**22.5** – Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**22.6** - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedora deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

## **23 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**23.1** - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelo Município:

**23.1.1** - Automaticamente:

**23.1.1.1** - Por decurso de prazo de vigência;

**23.1.1.2** - Quando não restarem fornecedores registrados;

**23.1.1.3** - Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

**23.2** - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

**23.2.1** - A pedido, quando:

**23.2.1.1** - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

**23.2.1.2** - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

**23.2.1.3** - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

**23.2.2** - Por iniciativa do Município, quando:

**23.2.2.1** - For razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

**23.2.2.2** - O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

**23.2.2.3** - O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

**23.2.2.4** - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

**23.2.2.5** – Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

**23.3** - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou página da prefeitura na internet.

## **24. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS E DOS PRAZOS:**

**24.1** - Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do produto.

**24.2** – O empenho dar-se a, com emissão da nota fiscal.

**24.3** - Independentemente da aceitação dos serviços prestados, a adjudicatária garantirá a qualidade do objeto desta licitação, obrigando-se a refazer aquele que for oferecido em desacordo com apresentado na proposta, ressalvando os direitos compreendidos em lei.

**24.4** - A Prefeitura Municipal reserva-se no direito de recusar, no todo ou em parte os serviços, se os mesmos forem rejeitados pela sua fiscalização, obrigando-se a empresa vencedora a promover sua ré execução.

**24.5** - A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura ou por terceiros através de delegação, encarregada de acompanhar a execução do objeto desta licitação, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

**24.6** – Ao final do trabalho a empresa vencedora deverá entregar relatório dos serviços prestados.

**24.7** – A documentação relativa ao objeto deverá ser entregue junto a prefeitura municipal para o devido arquivamento.

## **25. DO REAJUSTE**

**25.1** - O preço cotado não será reajustado.



## **26. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**26.1** - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**26.2** - Será dado vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

**26.3** - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**26.4** - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

**26.5** - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**26.6** - É vedado à contratada sub contratar total ou parcialmente o fornecimento.

**26.7** - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

**26.8** - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**26.9** - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

**26.10** - No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

**26.11** - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

**26.12** - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

## **27. DA VALIDADE DA PROPOSTA:**

**27.1** - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação.

## **28. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

**28.1 - Da Empresa de Pequeno Porte e Micro Empresa.**

Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006

Os proponentes para beneficiar-se da Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006 deverão comprovar a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da respectiva legislação.

**28.2** - Com relação a apresentação da documentação, se houve entre os proponentes alguma ME - Micro Empresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, estas poderão valer-se do disposto no Art. 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006 de 14 de dezembro de 2006.

**28.3** - No julgamento dar-se-á o direito de preferência a ME - Micro Empresa ou EPP - Empresas de Pequeno Porte, sendo obedecido os critérios dos Art. 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

**28.4** - As Micro Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, com a alteração da nova Lei Complementar n. 147/2014)

**28.5** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

**28.6** - A não-regularização da documentação, no prazo do item 08.01.05, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**28.7** - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

**28.8** - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Na hipótese da não-contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**28.9** - Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

### **29. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**29.1** - O **MUNICÍPIO** designa como **Gestor e Fiscal deste Edital** o servidor Sr. Valdir Brunherotto, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

**29.2** - As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

### **30. DO FORO:**

**30.1** - Fica eleito o foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

### **31. ANEXOS DO EDITAL:**

**31.1** - Integram este Edital, os seguintes anexos:

- a) Termo de Referência
- a) Carta de Credenciamento;
- b) Modelo da declaração de cumprimento da habilitação;
- c) Modelo de declaração de superveniência de fato impeditivo da qualificação;
- d) Declaração de não empregabilidade de menores;
- e) Declaração de fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública.
- f) Declaração de ME e EPP
- g) Minuta da Ata de Registro de Preço

Lajeado Grande (SC) 23 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Clodoaldo Squina  
Pregoeiro

## TERMO DE REFERENCIA

**Processo Administrativo n. 002/2017**

**Licitação: Pregão Presencial n. 002/2017**

**Sistema de Registro de Preços**

### **1. JUSTIFICATIVA:**

Com a necessidade continua da manutenção corretiva e preventiva dos veículos, maquinas e equipamentos da municipalidade, espera-se prolongar a vida útil e dando maior segurança na trafegabilidade de tais equipamentos que compõe a frota do Município durante o exercício de 2017 e parte de 2018.

Os produtos e serviços em questão encontram-se definidos como natureza continuada, visto que a paralização comprometeria a logística dos serviços, e poderia acarretar prejuízos à continuidade dos serviços prestado à população. Para realização do presente Pregão foi considerando a inexistência por parte do Município, de infraestrutura, espaço físico para execução de serviços e estocagem de produtos, peças, de recursos materiais, tecnológicos e humanos capazes de atender de forma plena o objeto deste pedido.

### **2. OBJETIVO:**

O presente termo visa à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças dos veículos, máquinas e equipamentos do Município de Lajeado Grande/SC, no que se refere à parte mecânica, suspensão e reposição de peças a ser efetuado em conformidade com as recomendações técnicas legais.

### **3. META:**

Manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, caminhões, equipamentos agrícolas, e maquinas da Municipalidade.

### **4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Sempre na ocorrência de serviços mecânicos com troca de peças ou não, serão prestados pela vencedora, mediante ordem de serviço, devidamente autorizada por comunicação escrita, podendo os serviços serem executados na garagem da prefeitura ou deslocado para oficina da vencedora

- 4.1.1 Para emissão da Ordem de serviço, a **CONTRATADA** apresentará orçamento especificando a quantidade estimada de horas para execução dos serviços, bem como o quantitativo e a especificação técnica das peças para reposição.
- 4.1.2 Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos e maquinários em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.
- 4.1.3 A conclusão dos serviços de manutenção corretiva ficará condicionada a sua extensão, variando de conserto a conserto, dependendo do grau de dificuldade.

4.1.4 Todos os serviços executados e peças substituídas deverão ter garantia de no mínimo 90 (noventa) dias, devendo ser observado o prazo oferecido pelo fabricante quando este for superior.

4.1.5 Quando ocorrer pane nos veículos que venha a motivar a necessidade dos serviços de guincho, estes serão realizados pelo Município.

#### 5. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

Será **CONTRATADA** a empresa que oferecer o menor preço **HORA/HOMEM TRABALHADA**, essa modalidade é praxe atualmente nas prestações de serviços pelas oficinas mecânicas para órgãos públicos.

#### 6. VALOR MÁXIMO DE REFERENCIA:

Para a estimativa de custo, o valor máximo de referência para preços de mão-de-obra (hora/homem) deverá ser utilizada o valor aplicado abaixo.

a) **Mecânica Pesada:** caminhões, ônibus, micro ônibus, máquinas pesadas dentre elas tratores, moto-niveladora, retro-escavadeira, carregadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, mini carregadeira, todos movidos a óleo diesel:

Valor por hora trabalha de R\$ 100,00 (reais)

#### LOTE MECANICA PESADA

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (HORA/HOMEM)	ESTIMATIVA 12 MESES (HORAS)	VALOR TOTAL
01	Serviços de mão de obra/hora <b>mecânica pesada:</b> caminhões, ônibus, micro ônibus, máquinas pesadas dentre elas tratores, motoniveladora, retroescavadeira, carregadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, mini carregadeira, todos movidos a óleo diesel:	R\$ 100,00	2.000 hs	R\$ 200.000,00

**b) Mecânica Leve:** carros, pick-up, camionetes movidos a gasolina/álcool, vam tipo ducato, movido a óleo diesel:

Valor por hora trabalha de R\$ 50,00 (reais)

**LOTE MECANICA LEVE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (HORA/HOMEM)	ESTIMATIVA 12 MESES (HORAS)	VALOR TOTAL
01	Serviços de mão de obra/hora <b>mecânica leve:</b> carros, pick-up, camionetes movidos a gasolina/álcool, vam tipo ducato, movido a óleo diesel.	R\$ 50,00	2.000 hs	R\$ 100.000,00

**6.1.** Os valores apresentados referem-se a valores estimativos, e serão faturados de acordo com o valor dos serviços prestados e das peças, suprimentos e ou acessórios efetivamente adquiridos segundo requisição emitida pelo Departamento competente, não gerando a obrigatoriedade de sua contratação total.

O objeto previsto neste Termo de Referência poderá sofrer alterações, conforme critérios de sua conveniência e respeitando-se os limites legais.

**6.2.** Ao final da etapa de lances será definido, um único vencedor por lote, que será contratado para a execução de serviços podendo ser ou não com fornecimento de peças, pois trata-se de medida que visa trazer economia, agilidade e qualidade na prestação dos serviços.

**6.3.** Inclui-se nos serviços a serem prestados a assistência nas áreas de injeção eletrônica – convencional, pequenas soldas e reparos, reposição de peças, e socorro mecânico dentro do limite geográfico do Município.

Os serviços deverão ser prestados em oficina de propriedade do licitante, com suas próprias ferramentas e com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários, durante a execução dos serviços.

**6.4.** O contratante vencedor fica obrigado a socorrer os veículos da prefeitura quando solicitado.

**6.5.** A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar os serviços objeto desta contratação, com expresso consentimento do **CONTRATANTE**.

Se autorizada a efetuar a subcontratação dos serviços, a **CONTRATADA** realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **7. DA RESPONSABILIDADE**

**7.1. Da CONTRATADA:** Durante a execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá:

**7.1.1** Atender prontamente às requisições do Município para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva e de fornecimento de peças e acessórios nos veículos máquinas e equipamentos.

**7.1.2** Utilizar nos serviços peças e acessórios novos e genuínos, acompanhados dos respectivos “Certificados de Garantia” do fabricante.

**7.1.3** Utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante.

**7.1.4** Substituir, quaisquer peças ou acessórios defeituosos, dentro das condições da garantia estipulada pelos fabricantes, sem ônus adicionais.

**7.1.5** Executar os serviços objeto desta contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com o Município, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes do fornecimento de peças e acessórios e da execução dos serviços ora licitados.

**7.1.6** Assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município.

**7.1.7** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante o desempenho dos serviços.

**7.1.8** Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**7.1.9** Prazo de garantia dos serviços deverá ser igual ou superior a 90 dias.

**7.1.10** A **CONTRATADA** terá prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar orçamento dos serviços solicitados.

**7.1.11** A **CONTRATADA** deverá manter-se sempre sobreaviso durante o horário comercial e regular, ou seja, 07:30 as 11:30 das 13:30 as 17:30, de segunda a sexta-feira horário estabelecido como período disponível para execução dos serviços de manutenção.

**7.1.12** Arcar com a responsabilidade técnica e financeira para execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença do fiscal do **CONTRATANTE**, como condição de aceitação final.

**7.1.13** Apresentar orçamento, quando houver substituição de peça(s), de forma a permitir ao Município verificação, confronto dos preços com os de mercado e aprovação pelo **Município**, se for o caso. Verificando-se preço menor que o proposto, se a **CONTRATADA** não fornecer a(s) peça(s) pelo menor preço encontrado, o **Município** poderá adquiri-la no mercado pela forma que julgar conveniente e oportuno.

**7.1.14** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Município.

7.1.15 A **CONTRATADA** se compromete a devolver as peças substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas.

7.1.16 Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

7.1.17 Todos os serviços, depois de concluídos, deverão ser testados, ficando sua aceitação final dependendo das características do desempenho determinado após estes testes. A licitante vencedora arcará com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos os testes necessários.

**7.2. Da CONTRATANTE:** Durante a execução do contrato, a **CONTRATANTE** deverá:

**7.2.1.** Efetuar os pagamentos nas condições estabelecidas neste Edital e preços pactuados pelos serviços efetivamente efetuados.

**7.2.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

**7.2.3.** Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências relacionadas a execução do contrato.

**7.2.4.** Prestar informações e os esclarecimentos que por ventura venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto do Contrato.

**7.2.5.** Proporcionar todas as facilidades, que da **CONTRATANTE** dependa, ao bom andamento do serviço.

**7.2.6.** Aplicar as penalidades cabíveis no caso de descumprimento do contrato, garantindo a **CONTRATADA**, a prévia defesa.

## **8. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

O Prazo previsto para a execução dos serviços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme Legislação específica.

## **9. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**9.1.** Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

**9.2.** Comunicar imediatamente o **CONTRATANTE** sobre qualquer defeito apresentado nos serviços executados.

**9.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**.

**9.4.** Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da **CONTRATADA**, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**9.5.** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a **CONTRATADA** da responsabilidade pela execução dos serviços. A comunicação entre a fiscalização e a **CONTRATADA** será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

**9.6.** O relatório de serviços será destinado ao registro de fatos comunicações pertinentes à execução dos serviços como conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, irregularidades e providências a serem tomadas pela **CONTRATADA** e Fiscalização.



**10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

**10.1** Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela **CONTRATADA** e aprovados pelo Município.

**10.2** O **CONTRATANTE** deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela **CONTRATADA** com base nas informações fornecidas e, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

Lajeado Grande/SC, 23 de janeiro de 2017.

**Noeli José Dal Magro**  
**Prefeito Municipal**

**Clodoaldo Squina**  
**Pregoeiro**

## MODELO DE CREDENCIAMENTO

Ao

Município de Lajeado Grande/SC

**Licitação:** Pregão Presencial n. 002/2017

**Sistema de Registro de Preços**

A empresa . . . . . , inscrito no CNPJ n..... , com sede à . . , neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Lajeado Grande (SC), praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura, do representante legal

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Ao

Município de Lajeado Grande/SC

**Licitação:** Pregão Presencial n. 002/2017

**Sistema de Registro de Preços**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ nº. . . . . , sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
(nome e identidade do representante legal)

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

Ao

Município de Lajeado Grande/SC

**Licitação:** Pregão Presencial n. 002/2017

**Sistema de Registro de Preços**

O signatário da presente, em nome da proponente . . . . . , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, . . . . . de . . . . . de 2017.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS MENORES:**

Ao

Município de Lajeado Grande/SC

**Licitação:** Pregão Presencial n. 002/2017

**Sistema de Registro de Preços**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório em evidência, instaurado por esse Município de Lajeado Grande/SC, Por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Lajeado Grande/ SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Representante Legal.

## DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao

Município de Lajeado Grande/SC

**Licitação:** Pregão Presencial n. 002/2017

**Sistema de Registro de Preços**

O signatário da presente, em nome da proponente . . . . . , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública, de acordo com o disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93

Local, . . . . . de . . . . . de 2017.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

## DECLARAÇÃO ME E EPP

Ao

Município de Lajeado Grande/SC

**Licitação:** Pregão Presencial n. 002/2017

### **Sistema de Registro de Preços**

Para fins de participação no Processo Licitatório em questão, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), e que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006. Lei Complementar Federal n. 123, de 14.06.2006.

Local, ..... de ..... de 2017.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

## MINUTA TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO \_\_\_\_/2017

### **Ata de Registro de Preço n.**

**Contratante:** Município de Lajeado Grande/SC

### **Contratado:**

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o Município de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vitória, 503, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº. 95.993.077/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Noeli José Dal Magro, brasileiro, casado, e de outro lado \_\_\_\_\_, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação do serviço, descritos e caracterizados no Processo Licitatório nº. 002/2017, na modalidade de Pregão para Registro de Preços nº. 002/2017, e nas cláusulas adiante especificadas e projetos, planilhas, memorial descritivo, quantitativo, orçamento estimativo e demais anexos, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui objeto deste termo, aquisição na forma de registro de preços para a possível contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva, assim como a reposição de peças dos veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota do Município, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos no Termo de Referência.

O objeto abrange a execução, pela contratada, de todos os serviços, atos, procedimentos, deslocamento, atividades e fornecimentos de mão de obra e material necessários ao seu pleno, total e integral cumprimento, bem como todas as demais atribuições e responsabilidades para o fiel cumprimento do objeto.

A presente aquisição está ao item único do Processo Licitatório nº. 002/2017, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 002/2017.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Lajeado Grande/SC não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.



A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO:**

O Pagamento será efetuado em até 15 dias da apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, relativo a prestação de serviço constante do objeto do Processo Licitatório nº. 002/2017, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 002/2017.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Processo de Licitação n. 002/2017, Licitação: Pregão Presencial n. 002/2017 - Sistema de Registro de Preços e a proposta da Detentora da Ata.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO:**

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da *CONTRATADA* que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Lajeado Grande/ SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Noeli José Dal Magro**  
**Prefeito Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Contratado**

**Gestor e Fiscal do Contrato**  
Sr. Valdir Brunherotto

Testemunhas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Visto Consultoria Jurídica:

O presente contrato cumpre com os requisitos exigidos, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

\_\_\_\_\_  
RICARDO LUIZ TOMÉ  
OAB/SC 28.757